

## REALISMO E RAZÃO<sup>1</sup>

Hilary Putnam

Tradução de Renato Mendes Rocha<sup>2</sup>

Em um modo de concebê-lo, o realismo é uma teoria empírica<sup>3</sup>. Um dos fatos que essa teoria explica é o fato de que teorias científicas tendem a “convergir” no sentido de que, frequentemente, as antigas teorias são ocorrências limitantes de teorias mais recentes (por isso se pode considerar que os termos teóricos preservam suas referências ao longo da maioria das substituições de teorias). Além disso, o realismo explica o mais mundano fato de que o uso da linguagem contribui para a realização de nossos objetivos, atingir satisfação ou, como você queira.

Em resumo, não é que, para a explicação realista, a linguagem espelhe o mundo, mas que os *falantes* espelham o mundo – isto é, o seu meio ambiente – no sentido de *construir uma representação simbólica desse ambiente*. Em “Referência e Entendimento”<sup>4</sup> eu argumentei que uma “correspondência” entre palavras e conjuntos de coisas (formalmente, no sentido de Tarski, uma *relação de satisfação*) pode ser vista como parte de um *modelo explicativo* do comportamento coletivo de falantes.

Eu não, nesta conferência, retomar este ponto. Por um lado, vou me referir ao realismo, nesse sentido de ser uma aceitação deste tipo de quadro científico da relação dos falantes ao seu meio ambiente e, do papel da linguagem, como sendo o realismo *interno*.

Por outro lado, o realismo *metafísico* é uma teoria menos empírica do que um modelo – “modelo” no sentido da “colisão de bolas de bilhar”. Ele é, ou se propõe a ser, um modelo da relação de *qualquer* teoria correta a

<sup>1</sup> Conferência de Abertura apresentada antes da 73ª Encontro Anual da Divisão Leste da Associação Filosófica Americana, em Boston, Massachusetts, em 29 de Dezembro de 1976. Foi originalmente publicada na *Proceedings and Address of the American Philosophical Association*, Vol. 50, No. 6 (Aug., 1977), pp. 483-498.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe.

<sup>3</sup> Isto é explicado no meu “*What is ‘Realism’*”, em *Proceedings of the Aristotelian Society*, 1976, pp. 177-194.

<sup>4</sup> Apresentado em Maio de 1976, em Jerusalém e prestes a ser publicado como Parte II do meu *Meaning and the Moral Sciences* (pela Routledge and Kegan Paul).

todo ou, a uma parte de O MUNDO. O que eu quero compartilhar com vocês é a minha conclusão de que este modelo é incoerente.

Vamos estabelecer o modelo na sua forma básica.

Nesta forma primitiva, existe uma relação entre cada termo na linguagem e uma porção de O MUNDO (ou um *tipo* de porção, se o termo é um termo geral).

Esta relação, a relação de referência, nas versões canônicas da teoria, é dada *pela semântica de condições de verdade* da linguagem – isto é, *compreender* um termo,  $T_1$ , consiste em conhecer a qual porção de O MUNDO ele se refere (ou, em algumas versões, conhecer uma condição necessária e suficiente para ele se referir a uma porção de O MUNDO). Eu não devo assumir que esta explicação do entendimento seja parte da figura que se segue, embora ela certamente foi assumida por realistas metafísicos no passado.

Entretanto, no modelo realista metafísico, tem de haver, no mínimo, uma relação determinada de *referência* entre os termos em L e porções (ou conjunto de porções) de O MUNDO, quer *compreender* L consista em “saber” aquela relação, ou não. O que faz este quadro ser diferente do realismo *interno* (que emprega um quadro similar *no interior* da teoria) é que (1) é presumível aplicar o quadro a *todas* as teorias de uma vez (de tal forma que somente pode ser estabelecido com uma “Ambiguidade Típica” – isto é, ela transcende a formalização completa em qualquer teoria); (2) supõe-se que O

MUNDO seja *independente* de qualquer representação particular que tenhamos dele – de fato, sustenta-se que nós podemos ser absolutamente *incapazes* de representar O MUNDO corretamente. (por exemplo, o realista metafísico nos diz que todos podemos ser “cérebros em uma cuba”).

A consequência mais importante do realismo metafísico é a suposição de que a *verdade é radicalmente não-epistêmica* – nós podemos ser “cérebros em uma cuba” e a teoria que é “ideal” do ponto de vista da utilidade operacional, da beleza interna e elegância, da “plausibilidade”, da simplicidade, do “conservadorismo” etc., *pode ser falsa*. Na imagem realista, “verificado” (em qualquer sentido operacional) não implica “verdadeiro”, mesmo no limite ideal.

É esta característica que distingue o realismo metafísico, como eu estou usando o termo, da mera crença de que *há* uma teoria ideal (realismo Peirciano), ou de uma maneira mais fraca, que uma teoria ideal é um regulador ideal pressuposto pelas noções de “verdadeiro” e “objetivo”, da maneira em que entendidos classicamente. E é esta característica que eu devo atacar!

Seja então, pela nossa ótica,  $T_1$ , uma teoria ideal. Suprimindo as restrições de todos nossos poderes finitos, nós podemos imaginar que  $T_1$  tenha qualquer propriedade, com a exceção daquela da *verdade objetiva*, aquela que gostaríamos e é deixada em aberto. Por exemplo,  $T_1$  pode ser imaginada completa, consistente, capaz de fazer, tanto quanto podemos dizer, previsões corretas de todas sentenças observacionais, para atender quaisquer “restrições operacionais” existentes (se elas forem “difusas”, deixe que  $T_1$  atenda *claramente* a essas restrições), para ser “bela”, “simples”, “plausível” etc. Estamos considerando que  $T_1$  pode ter todas essas propriedades e *ainda ser* (na realidade) *falsa*.

Eu suponho que O MUNDO possui (ou pode ser dividido em) infinitamente muitas porções. Eu também assumo que  $T_1$  *afirme* que há infinitamente muitas coisas (então, *neste* aspecto,  $T_1$  é “objetivamente correta” sobre O MUNDO). Agora  $T_1$  é *consistente* (por hipótese) e possui (apenas) modelos infinitos. Então, pelo teorema da completude (na sua forma da teoria de modelos),  $T_1$  possui um modelo para cada cardinalidade infinita. Es-

colha um modelo  $M$  de mesma cardinalidade que O MUNDO<sup>5</sup>. Mapeie, um-para-um, os indivíduos de  $M$  às porções de O MUNDO e, utilize o mapa para definir as relações de  $M$  diretamente em O MUNDO. O resultado é uma relação de satisfação SAT – uma “correspondência” entre os termos de  $L$  e conjuntos de porções de O MUNDO – tal que a teoria  $T_1$  torna-se *verdadeira* – verdadeiro de O MUNDO – dado que interpretemos “verdadeiro” como VERDADEIRO(SAT)<sup>6</sup>. Então o que acontece com a alegação de que mesmo a teoria *ideal*  $T_1$  poderia ser *realmente* falsa?

Bem, poderia se alegar que SAT não seja a correspondência *pretendida* entre  $L$  e O MUNDO. Qual foi o “pretendido” que chegou até aqui?

$T_1$  tem a propriedade de reunir todas as restrições *operacionais*. Assim, se “há uma vaca na minha frente em tal-e-tal tempo” pertence a  $T_1$  então, “há uma vaca na minha frente em tal-e-tal tempo” certamente *parecerá* verdadeira — ela será “exatamente como se” estivesse uma vaca na minha frente naquele tempo. Mas, SAT é uma interpretação *verdadeira* de  $T_1$ .  $T_1$  é VERDADEIRO(SAT). Então “há uma vaca na minha frente em tal-e-tal tempo” é “Verdadeiro” no sentido da função VERDADEIRO(SAT).

Por outro lado, se “há uma vaca na minha frente em tal-e-tal tempo” é *operacionalmente* “falsa” (falsificada) então “há uma vaca na minha frente em tal-e-tal tempo” é FALSA(SAT). Pois, em  $L$ , a interpretação da “referência” como SAT certamente reúne todas as restrições *operacionais* na referência—isso faz a teoria *ideal*  $T_1$  se tornar verdadeira.

Então quais restrições *posteriores* devem existir na referência que poderiam destacar (singularmente) alguma outra interpretação “pretendida” e SAT como uma interpretação “não-pretendida” (no sentido de “interpretação” da teoria de modelos)? A suposição de que mesmo uma teoria “ideal” (do ponto de vista pragmático) poderia ser *realmente* falsa aparece para colapsar com *ininteligível*.

Observe que uma teoria “causal” da referência não é (não teria) qualquer auxílio aqui: pois, no quadro metafísica realista, tanto “causas”

<sup>5</sup> Se O MUNDO é finito, seja a teoria compatível com existir apenas  $N$  indivíduos (em que  $N$  é a cardinalidade de O MUNDO) e, selecione um modelo com  $N$  indivíduos ao invés de usar o teorema mais forte da teoria de modelos apelado no texto.

<sup>6</sup> Aqui, se SAT é uma relação do mesmo tipo lógico que “satisfaz”, VERDADEIRO(SAT) é suposta a ser definida em termos de SAT exatamente como “verdadeiro é definida em termos de “satisfaz” (por Tarski). Então “VERDADEIRO(SAT)” é a propriedade verdadeira “determinada” pela relação SAT.

como “gato”, podem referir singularmente de um modo igualmente enigmático.

De uma maneira, o problema é rastreável até Ockham. Ockham introduziu a ideia que conceitos são *particulares* (mentais). Se conceitos são particulares (“signos”), então qualquer conceito que podemos ter de *relação* entre um signo e o seu objeto é *outro signo*. Mas, do meu ponto de vista, isto é ininteligível. Por um lado, como o tipo de relação que o realista metafísico encara como valendo entre o signo e o seu objeto pode ser singularizada ou, por sustentar o signo por ele mesmo, deste modo

VACA

-- ou por sustentar ainda que outro sinal, deste modo

REFERE

-- ou talvez --

CAUSA

Por outro lado, se conceitos não são particulares, a possibilidade óbvia é que (enquanto eles estejam “na cabeça”) eles são *modos de usar* os signos. Mas uma teoria do “uso”, embora inteligível (e, acredito eu, correta) como uma explicação do que consiste o *entendimento* do signo, *não singulariza uma única relação* entre os termos de  $T_1$  e os “objetos reais”. Se nós não pensamos que conceitos não sejam *nem* (signos) particulares, *nem* modos de usar signos, então, eu penso que nós estamos indo de volta para compreensão direta (e misteriosa) das Formas.

Suponha que nós (e todos os outros seres sencientes) sejamos e sempre fomos “cérebros em uma cuba”. Então, como acontece que a *nossa* palavra “cuba” se refira às cubas *numênicas* e não às cubas do quadro.

Se o precedente não for apenas uma nova antinomia, então alguém tem que mostrar que há pelo menos uma posição inteligível para qual isso *não* coloca. E há. Isso não decorre na posição que tem sido defendida por Michael Dummett. Deixe me explicar:

A ideia de Dummett<sup>7</sup> é fazer a *teoria do entendimento* nos termos das noções de *verificação* e *falsificação*. Isto é o que ele chama de “semântica não-realista”.

O que distingue essa posição do velho fenomenalismo é que não existe uma “base” para fatos brutos (por exemplo, dados do sentido) em relação a qual alguém ultimamente usa a semântica de condições de verdade, lógica clássica, e as noções *realistas* de verdade e falsidade. A analogia é com o Intuicionismo Matemático: o Intuicionista usa *sua* noção de “verdade” – demonstrabilidade construtiva – *mesmo quando fala sobre demonstrações construtivas*. Compreender uma frase, nesta semântica, é saber o que constitui uma demonstração (verificação) dela. E, isto é verdadeiro *mesmo de sentenças que descrevem verificações*. Então, eu devo assumir “Eu tenho dados sensíveis vermelhos” como uma sentença primitiva, ou eu devo assumir “Eu vejo uma vaca”, ou, se eu faço semântica do ponto de vista cerebral ao invés do ponto de vista pessoal, eu devo assumir “tais e tais estimulações neurais”.

Uma sentença primitiva, em qualquer linguagem utilizada – digamos, “eu vejo uma vaca” – será assertível se, e somente se, for *verificada*. E, nós dizemos que ela é verificada *ao proferir a mesma sentença*, “eu vejo uma vaca”. Para usar a expressão de Roderick Firth, neste tipo de epistemologia, “eu vejo uma vaca” é “auto justificado” – não no sentido de ser *incorrigível*, nem mesmo necessariamente no sentido de ser completamente determinado (isto é, obedecendo bivalência forte – ser determinadamente verdadeiro ou falso). (Fatos são “completamente moderados” neste quadro,

---

<sup>7</sup> Isso é, em sua maior parte, explicado em suas (não publicadas) *William James Lectures*. Uma explicação parcial aparece em sua contribuição para a conferência sobre “*Linguagem, Intencionalidade e Tradução*” reimpresso em *Synthese*, Vol. 27, Nos. 3/4, July/August 1974.

diz o Dummett). O ponto importante é que os conceitos realistas de verdade e falsidade não são, absolutamente, usados nessa semântica.

Nessas circunstâncias, não surge o enigma a respeito do que singulariza uma correspondência como *a relação* de referência. A noção de “referência” não é usada na semântica. Nós podemos, à la Tarski, introduzir “refere” na linguagem, mas então (1) “vaca” refere a vaca, será simplesmente uma tautologia – e o *entendimento* de (1) não faz nenhuma referência ao quadro realista metafísico.

Um ponto importante. Não é bom para a semântica não-realista (Eu prefiro chama-la de *semântica verificacionista* – por que ela não é incompatível com realismo *interno*), -- nos termos de qualquer nível de “fatos brutos”, até dados do sentido. Pois se dados do sentido são tratados como “dados brutos” – se a semântica verificacionista é dada em uma metalinguagem *para* qual ela mesma fornece a explicação do entendimento em termos de *condições de verdade* – então nós podemos repetir todo o argumento contra a inteligibilidade do realismo metafísico (como um argumento contra a inteligibilidade da *metalinguagem*) – apenas pense em dados do sentido *passados* (ou *futuros*) como a parte “externa” de O MUNDO. (Esta é uma reconstrução de um aspecto do argumento da linguagem privada de Wittgenstein). Isto é porquê o movimento de Dummett depende em usar a semântica verificacionista em todos os sentidos (subindo ou descendo) – na metalinguagem, na meta-meta-linguagem, etc.

Esta é a razão pela qual eu me envolvi neste problema: em “*Reference and Understanding*” eu argumentei que alguém pode oferecer um *modelo de um falante* da linguagem em termos da noção de “*grau de confirmação*” (que seria melhor chamado de “*grau de verificação*” quando desempenha este papel teórico sobre o entendimento). E, eu argumentei que as noções realistas de verdade e referência surgem não para explicar o que se passa “na cabeça” dos falantes, mas para *explicar o sucesso* do uso da linguagem. Então, eu insisti que uma espécie de semântica “verificacionista” fosse aceita. (Embora não no sentido da teoria verificacionista do *significado* – pois, como tenho argumentado<sup>8</sup>, “significado” não é apenas uma função do que

---

<sup>8</sup> Cf. o meu “*The Meaning of ‘Meaning’*” em *Mind, Language and Reality* (Philosophical Papers, Vol. 2), Cambridge University Press, 1976.

acontece “em nossas cabeças”, mas também de *referência*, e referência é determinada pelas práticas *sociais* e pelos paradigmas físicos atuais e, não apenas pelo que acontece no interior de qualquer indivíduo falante.) Mas, eu reivindiquei que, apesar de aceitar este modelo “verificacionista”, alguém ainda pode ser um *realista*. Pois, a alegação realista de que há uma correspondência entre palavras e coisas não é *incompatível* com uma abordagem “verificacionista” ou do “uso” do entendimento. Tal correspondência, na minha visão, é parte de uma *teoria explanatória* da interação dos falantes com o seu ambiente.

O ponto é que Dummett e eu *concordamos* que alguém não pode tratar o entendimento de uma frase (em geral) como saber as suas condições de verdade; por que isto então torna ininteligível, o que *por sua vez* consiste, *aquele* conhecimento. Ambos *concordamos* que a teoria do entendimento tem de ser elaborada de um modo verificacionista. (Ainda que eu não pense que a teoria do entendimento é toda a teoria do *significado*, que não auxilia *aqui* – teoria do significado, na minha visão, pressupõe teoria do entendimento e *referência* – e referência é o que consiste o problema!) Mas agora parece como se ao conceder que *algum* tipo de semântica verificacionista deve ser dada como uma explicação do entendimento (ou “competência linguística” no sentido Chomskyiano). Eu tenho dado ao Dummett tudo o que ele precisa para demolir o realismo metafísico – uma perspectiva a que eu era devoto!

E *daí?* Nesse ponto, *eu* penso que uma resposta natural seria a seguinte: “Assim, o realismo metafísico entra em colapso. Mas o realismo interno – a teoria empírica de “Referência e Entendimento” – não colapsa (eu sustento). De qualquer forma, o realismo metafísico era apenas uma *perspectiva* [*picture*]. Se a perspectiva é, de fato, incoerente, então a lição é certamente que *não é o caso* que alguma coisa esteja errada com o realismo *por si*, mas simplesmente que o realismo *é igual ao* realismo interno. *Realismo interno é todo o realismo que nós queremos ou precisamos.*

De fato, eu acredito que isso é verdadeiro. Mas, esta não é *toda* a moral. O realismo metafísico desmoronou *em um ponto particular*. (Eu vou argumentar que também desmoronou em outros pontos.) E o ponto em que ele desmoronou nos diz algo. O realismo metafísico entrou em colapso jus-

tamente no ponto em que ele afirma ser distinguível do realismo Peirceano – isto é, da afirmação de que há uma teoria ideal (eu não quero dizer que mesmo que *esta* afirmação não seja problemática, mas é problemática em um modo diferente). Uma vez que Peirce (e os verificacionistas) sempre *disse que* o realismo metafísico colapsou em incoerência *apenas* naquele ponto e, os realistas como eu pensavam que ele estava *errado*, não há como evitar o desagradável consentimento que “eles estavam certos e nós estávamos errados” *em* pelo menos uma questão importante.

Eu agora quero falar sobre outros pontos nos quais a perspectiva realista metafísica é incoerente. Considere o seguinte universo simples: seja O MUNDO uma linha reta, então:

---

(Se preferir, podem existir pessoas unidimensionais – com desculpas a Marcuse – na linha. Não me pergunte como distinguir garotos de garotas, pois eu não sei.)

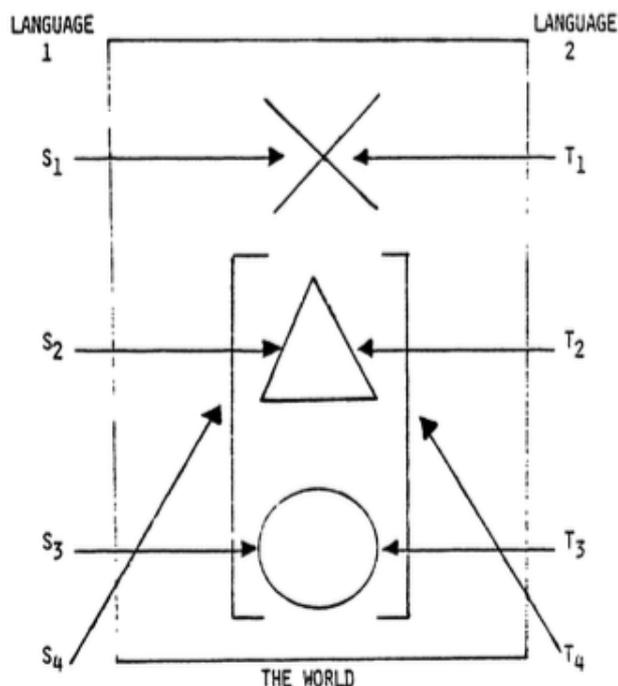
Considere as seguintes duas histórias sobre O MUNDO:

*História 1. Há pontos* – isto é, a linha possui partes que são *segmentos de reta* e também partes infinitamente pequenas chamadas “pontos”. A *mesma relação* “parte de” – vale entre pontos e segmentos de reta que os contem e entre segmentos de reta e segmentos de reta maiores (e entre segmentos de qualquer pedaço da linha e a linha toda.)

*História 2. Não há pontos* – a linha e as suas partes todas possuem extensão. “Claro”, o contador desta história diz, “Eu não estou dizendo que a História 1 é *falsa*. Você apenas tem que entender que *pontos* são construções lógicas dos segmentos de reta. O discurso sobre pontos é fortemente derivado do discurso sobre conjuntos convergentes de segmentos de retas.”

Um realista “linha dura” poderia afirmar que há uma “questão de fato” sobre qual das duas histórias – 1 ou 2 - é verdadeira. Mas, “realistas sofisticados”, como eu os tenho chamado, concede que a história 1 e a história 2 são “descrições equivalentes”. Na realidade, isso concede que os seg-

mentos de reta são um conjunto adequado de “invariantes” – uma descrição de O MUNDO que diz o que se passa em cada segmento de reta é uma descrição *completa*. No passado, eu argumentei que isto não é problema para o realista – é semelhante ao fato de que a Terra pode ser mapeada por diferentes “projeções” (Mercator, Polar, etc.). O quadro realista metafísico se parece com este:



Eu acreditei, em particular, que pode ser o caso que o que enquadrarmos como termos “incompatíveis” poderiam ser mapeados no mesmo Objeto Real – embora não, claro, na mesma teoria. Assim, o Objeto Real que é nomeado “ponto” em uma teoria pode ser nomeado “conjunto de segmentos de reta convergente” em outra teoria. E o *mesmo* termo pode ser mapeado em um Objeto Real em uma teoria e em um Objeto Real diferente em uma outra teoria. É uma propriedade do mundo – isto é, uma propriedade de O MUNDO – que “admite estas diferentes formas de mapear”.

O problema – como Nelson Goodman tem enfatizado por muitos anos – é que esta história pode conservar O MUNDO, mas ao preço de abandonar qualquer noção inteligível de *como* é O MUNDO. Qualquer frase que altere o valor de verdade na passagem de uma teoria correta para outra –

de de O MUNDO *relativa à teoria*. E quanto mais frases desse tipo houverem, mais propriedades de O MUNDO serão relativas à teoria.

Por exemplo, se concedermos que a História 1 e a História 2 são Descrições Equivalentes, então a propriedade *ser um objeto* (como oposta a classe ou conjunto de coisas) será relativa à teoria. Considere agora uma terceira história, História 3: *Há apenas segmentos de reta com pontos finais racionais*. (isto é, uma vez que nessa história não existem “pontos”, exceto enquanto uma construção lógica, (1) todo segmento de reta possui comprimento racional; (2) um fragmento da reta<sup>9</sup> entre quaisquer dois segmentos de reta é um segmento de reta e, portanto, possui comprimento racional; (3) qualquer segmento de reta é divisível em  $n$ -fragmentos iguais, para cada número inteiro  $n$ ; (4) existe pelo menos um segmento de reta; e (5) a união de dois segmentos de reta é um segmento de reta. Segmentos de reta irracionais são tratados como construções lógicas – conjuntos de “pontos” são uma sequência convergente de Cauchy de segmentos de reta *racionais*).

Desta vez, um realista “linha dura” poderia objetar novamente por que esta história torna um segmento de reta irracional de um tipo lógico diferente do segmento de reta racional. Mas, o defensor desta história poderia responder: “Não é comum na matemática que objetos sejam identificados com conjuntos de outros objetos que são *pré-analiticamente* do mesmo tipo lógico? Assim, números inteiros negativos e positivos, números inteiros e racionais, racionais e reais, reais e imaginários são, *pré-analiticamente*, todos os “números”, mas na *formalização* da matemática estamos acostumados a tratar os números negativos (ou de modo mais geral, “números assinados”) como *pares ordenados* de “números naturais”, números *racionais* como *pares ordenados* de “números assinados”, números irracionais como *conjuntos* de racionais etc. Então o que há de errado com o tratamento de segmentos de reta irracionais como conjuntos de conjuntos de segmentos de reta racionais? Afinal, os segmentos de reta racional são a base da topologia; se você sabe o que acontece em todo segmento de reta racional, você tem uma descrição completa de todos eventos, etc.”

---

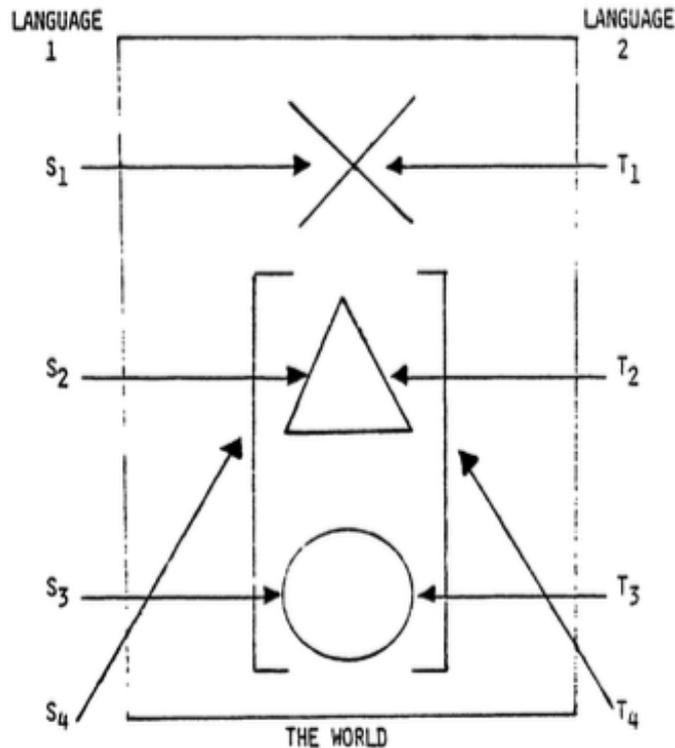
<sup>9</sup> O leitor matemático notará que na História 3 não há distinção entre segmentos de reta *abertos* e *fechados* – por que não tais coisas como *pontos*!

Contudo, se nós aceitarmos a *História 3* como outra Descrição Equivalente de O MUNDO, então mesmo a *cardinalidade* do mundo se torna relativa à teoria! Pois, existem apenas muitos objetos enumeráveis na História 3 e, muitos não-enumeráveis na História 1 e 2! (Nós podemos, também, tentar evitar isso tratando *conjuntos* como “objetos” – mas, como já mostrei em outro lugar, o discurso sobre “conjunto” pode ser traduzido em um discurso sobre *possibilidade*.)

Tudo isso não é um engenho do meu exemplo simples: a teoria física atual está repleta de exemplos similares. Por exemplo, alguém pode construir pontos do espaço-tempo como objetos, ou como propriedades. Alguém pode construir campos como objetos, ou fazer tudo com partículas atuando a partir de uma distância (usando potenciais deficientes). O fato é que, *tantas* propriedades de O MUNDO – começando com *apenas as categóricas* tais como cardinalidade, particulares e universais, etc. – tornam-se “relativas a teoria” e O MUNDO acaba como um mundo “numênico” kantiano, uma *mera* “coisa-em-si”, se alguém não pode dizer *como* O MUNDO é de modo independente da teoria, então o discurso de todas estas teorias como descrições de O MUNDO é vazias.

### **Um outro ponto no qual a perspectiva metafísica realista apresenta dificuldade**

Esse ponto tem a ver com o que Quine chama de “relatividade ontológica”. Por um momento, suponha que restrinjamos nossa atenção a teorias *completas*. Se T é uma teoria completa, nós podemos definir uma relação de equivalência nos seus termos – *coextensionalidade demonstrável* – com a propriedade que se dois termos pertencem a classes de equivalência diferentes, então em *nenhum* modelo da teoria eles se referem a um mesmo referente, ao passo que se eles pertencem a mesma classe de equivalência, então eles possuem o mesmo referente em *todo* modelo da teoria. Então, para nossos propósitos, nós podemos contar termos como idênticos se eles se situam na mesma classe de equivalência, – isto é, se eles são “coextensivos dado o valor nominal da teoria”. Feita essa identificação preliminar, nós notamos que a nosso quadro é correto – repito o quadro:



-- então há uma tradução *única* que preserva a referência conectando as linguagens.

Mas, é notório que, frequentemente, existam interpretações correspondentes *não equivalentes* de uma teoria em outra teoria. A História 1 pode ser interpretada na História 2 (no caso do nosso exemplo) de *muitas* diferentes maneiras. Por exemplo, “pontos” podem ser conjuntos de segmentos de reta cujo comprimento sejam potências negativas de 2, ou conjuntos de segmentos de reta cujo comprimento seja potências negativas de 3.

Se a imagem que eu desenhei fosse correta, deveria haver uma “questão de fato” sobre *qual* tradução *realmente* preserva a referência em cada caso!

Assim como nós complicamos o quadro ao permitir que, para satisfazer objeções anteriores, o mesmo termo seja mapeado em Objetos Reais diferentes quando ocorre em teorias diferentes, então podemos *novamente* complicar o quadro para satisfazer a segunda objeção: nós podemos dizer que a linguagem possui *mais de um* maneira correta de ser mapeada em O MUNDO (isso se deve, uma vez que há mais de uma maneira de se mapear

corretamente a linguagem qual é, *ela mesma*, mapeada corretamente no mundo). Mas, agora *toda a* compreensão da figura parece desaparecer: se o que for um conjunto *único* de coisas *no interior de uma teoria correta* não puder ser um conjunto único de coisas “na realidade”, então o próprio coração do quatro é retirado.

### Porque isto tudo não refuta o realismo interno

Suponha que tentemos despistar o realista *interno* com a questão, “Como você sabe que “vaca” se refere a vacas?” “Afinal de contas”, nós apontamos, “existem outras interpretações de toda a sua linguagem – quantidades não-enumerável de interpretações (no sentido das relações de satisfação), que tornaram verdadeira uma teoria *ideal* (na sua linguagem). De fato, suponha que Deus nos dê o *conjunto de todas as sentenças verdadeiras* na nossa linguagem (finja, para esse propósito, que tenhamos uma memória infinita). Chame este conjunto de teoria *perfeita*. Então, ainda haveriam uma quantidade infinita de interpretações admissíveis da teoria *perfeita* – interpretações que, como vimos, satisfazem *todas* as restrições teóricas e operacionais. Mesmo a sentença “‘Vaca’ refere a vacas” é verdadeira em todas as interpretações. Então, como você sabe que é verdadeiro, no sentido de ser verdadeiro na *única* interpretação pretendida? Como você sabe que ‘vaca’ se refere a vacas no sentido de referir a *um* conjunto determinado de coisas, em oposição, a referir a um conjunto determinado de coisas *que a interpretação é admissível?* (Isto é, claro, apenas discutindo contra o realista interno exatamente como discutimos contra o realista metafísico.)

O realista interno poderia responder que “‘Vaca’ refere a vacas” se segue imediatamente da definição de ‘refere’. De fato, “‘vaca’ se refere a vacas” seria verdadeiro mesmo se o realismo interno fosse falso: embora nós podemos revisar “‘Vaca’ se refere a vacas” ao demolir a teoria (ou pelo menos demolir ou desafiar a noção de *vaca*) – e assim é com o fato que “‘Vaca se refere a vacas” não é *absolutamente* irrevisível se manifesta – *em relação à teoria*, “‘Vaca se refere a vaca” é uma verdade lógica.

O crítico replicará que a sua questão ainda não respondida. “‘Vaca’ refere-se a vacas” é, de fato, analítico em relação à teoria – mas essa questão

desafiou a *maneira como a teoria é compreendida*. “‘Vaca refere-se a vacas’” é verdadeiro em todas as interpretações admissíveis da teoria – mas esta não está em questão.

O realista interno deveria responder que (1) “a maneira como a teoria é compreendida” não pode ser discutida *no interior* da teoria; e (2) a questão se a teoria possui uma única interpretação pretendida não possui *nenhum* sentido. Visto do interior da História 1 (ou de uma metalinguagem que contenha a linguagem objeto da História 1), “ponto” tem uma “única interpretação pretendida”. Visto do interior da História 2 (ou de uma metalinguagem que contenha a linguagem objeto da História 2), o termo “ponto” *como utilizado na História 1* tem uma pluralidade de interpretações admissíveis. A pergunta crítica “como você sabe?” assume uma questão de fato independente da teoria quanto ao que termo em uma dada teoria corresponde para – isto é, assume a perspectiva do realismo metafísico; e essa é a perspectiva que o realista *interno* não precisa (e é melhor não) aceitar.

O crítico agora responde assim: “referência” (estritamente falando, “satisfaz”) é definida de modo que (1) ‘Vaca’ refere-se a vacas. – apenas afirma (no caso em que ‘vaca’ é uma expressão primitiva de L) que o par ordenador <‘vaca’, {vaca}> pertence a certa *lista* de pares ordenados. Se alguma coisa, isso *pressupõe* que ‘vaca’ se refere (em algum *outro* sentido de ‘refere’); isso não *explica* isso<sup>10</sup>.

*Resposta:* o uso de ‘vaca’ não pressupõe que ‘vaca’ seja *compreendido*. E se minha abordagem de compreender fosse uma abordagem *vericondicional* (ou *referente condicional*), então a objeção seria boa. Mas, eu ofereci uma abordagem verificacionista da compreensão (em termos de grau de confirmação); então *o meu uso do termo ‘vaca’ na linguagem já foi explicado, e eu estou livre para usá-lo – mesmo para usá-lo para explicar a que ‘vaca’ se refere.*

O que estou dizendo é que, em um certo sentido “contextual”, é uma verdade *a priori* que “vaca” se refere a determinada classe de objetos (ou uma classe mais ou menos determinada de objetos – estou ignorando casos ordinários de vagueza). A adoção do “idioma da vaca” é adotar uma “ver-

<sup>10</sup> Esta objeção a definição tarskiana da referência é devida a Hartry Field (cf. o seu “*Tarski’s Theory of Truth*”, *The Journal of Philosophy*, Vol. 69, No. 13 (1972), pp. 347-375) e discutido nas minhas *John Locke Lectures* (a aparecer no livro citado na nota 2).

são”, à maneira de Nelson Goodman, de dentro da qual seja *a priori* que a palavra “vaca” se refere (e, de fato, que ela se refere a vacas).

Um dos enigmas da perspectiva realista metafísica é que ela torna ininteligível como podem existir verdades *a priori*, mesmo aquelas contextuais, ainda que com um (possivelmente inalcançável) limite. Uma verdade *a priori* teria que ser o produto de um tipo de “intuição” direta das coisas elas mesmas. Até mesmo a verdade verbal é difícil de compreender. Considere a frase “todos solteiros são não-casados”. Em algum sentido, pode ser “verbal” que esta frase seja uma “abreviação” de “todos homens solteiros são solteiros”. E isto, por outro lado, seria uma instância de “Todos AB são A”. Mas, por que *isso* é verdadeiro?

Suponha que *houvesse* irrevisibilidade – irrevisibilidade absoluta. E, suponha que sustentamos que “Todos AB são A” (e até mesmo “Todos não casados são não casados”) seja absolutamente imune a revisão. Por que isso tornaria *verdadeira*?

Suponha, inimaginavelmente, que existam alguns AB que não sejam A. (Afinal de contas, existem muitas coisas na ciência moderna que nós não podemos imaginar). Então, de acordo com a perspectiva metafísica realista, a nossa recusa em desistir de asserir a “Todos AB são A” não torna *essa frase verdadeira* – apenas nos torna teimosos<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> O leitor deve estar tentado a responder que mesmo um realista metafísico tem direito a noção de *convenção verbal*. E por que não pode ser uma *convenção verbal* que nenhum estado de coisas seja referido como uma *conjunção* de estados de coisas descritos por sentenças *p*, *q* ao menos que acarrete ambas *p* e *q* separadamente? Isso significaria que “*p*.*q* acarreta *p*” é verdadeiro por convenção”; e similarmente, “Todos AB são A” poderia ser “verdadeiros por convenção”.

A dificuldade é que tal “convenção” apenas torna analítico que a conjunção *p*.*q* acarreta *p* se o estado de coisas em questão existe. Mas como pode a *existência* de um estado de coisas com propriedades de acarretar *p* e acarretar *q* e ser acarretado por todo estados de coisas que acarretam ambos *p* e *q* seja ele mesmo uma questão *convenção*, na perspectiva realista metafísica?

*Estabelecer que isso não é trivial, deixe-me observar que existem lógicas* (estudos de David Finkelstein em conexão com certas teorias físicas “distantes” – teoria quântica não *standard*) em que (1) existem proposições *incompatíveis* com qualquer proposição; mas (2) não existe a negação de uma determinada proposição – isto é, nenhuma proposição logicamente mais fraca incompatível como uma determinada proposição. (Essas lógicas correspondem, algebricamente, a reticulados que não são complementadas ortodoxamente.) Se “a lógica do mundo” é uma *dessas* lógicas (como acredita Finkelstein), então a *existência de um complemento* para um determinado estado de coisas é *falsa como uma questão de fato* – e nenhuma convenção linguística *poderia* torná-la verdadeira!

Parece-me que um realista metafísico consistente deve ver a lógica empírica, não apenas no sentido de pensar que a lógica é passível de revisão (o que eu acredito), mas no sentido de não ter nenhum componente convencional (de modo que mesmo a nossa confiança de que os enunciados não sejam *ambos* verdadeiros e falsos se torna, afinal, apenas confiança *indutiva*), ou ele deve acreditar que a lógica é *a priori* em um sentido *a priori* que não é de

Uma vez que nós abandonemos a perspectiva metafísica realista, a situação se torna um pouco diferente. Suponha que incluamos a sentença S em nossa teoria ideal  $T_1$  apenas por que conter S é uma característica que nós *queremos* que a teoria ideal tenha. (Suponha que mesmo sustentando que S seja “imune” a revisão, como um fato comportamental sobre nós.) Assumir S não torna  $T_1$  inconsistente,  $T_1$  ainda tem modelo. E, uma vez que o modelo não seja fixado *independentemente* da teoria,  $T_1$  será *verdadeira* – verdadeira *no* modelo (do ponto de vista da *meta- $T_1$* ; verdadeira em todos modelos *admissíveis*, do ponto de vista da teoria na qual os termos de  $T_1$  não se refira determinadamente a começar com. Então, S será verdadeiro! “S” é “analítico” – mas a sua “analiticidade” se assemelha mais a abordagem de Kant do *sintético a priori* mais do que a sua abordagem do analítico. Pois, a sentença “analítica” é, para assim dizer, parte “da forma da representação” e não “do conteúdo da representação”. Não pode ser falso que o mundo (em oposição a O MUNDO), por que o mundo não descritível independentemente da nossa descrição.

Mesmo que  $T_1$  fosse *inconsistente*, se nós fossemos consistentemente inconsistentes (atribuindo “verdadeiro” e “falso” a sentenças de uma maneira estável), isso não bloquearia o argumento: pois inconsistência *estável* pode ser vista como uma *reinterpretação dos conectivos lógicos*. Quando nós desistimos da perspectiva realista metafísica nós vemos, pela primeira vez, como uma verdade pode ser “sobre o mundo” (“Todos AB são A” é “sobre o mundo” – ela é sobre todas as *classes* A, B) e “desprovida de conteúdo”.

No que se segue, eu usei a ideia de uma verdade absolutamente “irrevisível” como uma idealização. Claro, eu concordo com Quine que este é um “limite” inatingível. Qualquer enunciado pode ser “revisado”. Mas o que é frequentemente negligenciado, embora Quine enfatize isso de novo, e de novo, é que a revisibilidade das leis da geometria de Euclides, ou das leis da lógica clássica, não os torna enunciados meramente “empíricos”. Isso é a razão pela qual os chamei de *contextualmente a priori*<sup>12</sup>. Quine estabelece muito bem o ponto quando ele diz que “a tradição de nossos pais” é preto para o

---

todo explicável pela noção de convenção.

<sup>12</sup> Em “*It Ain’t Necessarily So*”, reimpresso em *Mind, Language and Reality*. Citado na nota 8.

fato e, branco para a convenção, e acrescentou que não existe nenhum fio que seja completamente branco e nenhum fio que seja completamente preto. Alguém poderia descrever isso como um Kantismo moderado (e des-mitologizado). Um problema com a perspectiva metafísica realista é que não se pode ver como alguém pode haver o branco – mesmo um branco acinzentado.

Deixe-me concluir com uma última metáfora filosófica. O quadro de Kant do conhecimento como uma “representação” – uma espécie de peça teatral. O autor sou eu. Mas, o autor também aparece como uma personagem na peça (como em uma peça do Pirandello). O autor na peça não é o autor “real” – ele é o “eu empírico”. O autor “real” é o “eu transcendental”.

Eu modificaria o quadro kantiano de duas maneiras. Os autores (no plural – a minha imagem de conhecimento é social) não escrevem apenas *uma* história: eles escrevem muitas versões. E os autores *nas* histórias são os autores *reais*. Isso seria “maluco” se as histórias fossem *ficções*. Um personagem fictício também pode ser um autor real. Mas, estas são histórias verdadeiras.

Hilary Putnam  
Harvard University